

Parlamentares terão mais verbas que 7 ministérios

MARA BERGAMASCHI

BRASÍLIA — O orçamento da Câmara e do Senado para este ano será superior ao dos Ministérios da Justiça, do Meio Ambiente, da Cultura, das Relações Exteriores, de Indústria e Comércio, de Minas e Energia e das Comunicações. Essas sete pastas contarão com recursos bem inferiores aos Cr\$ 34,2 trilhões, em valores atualizados, previstos para os gastos do Congresso.

O Ministério da Justiça, que receberá Cr\$ 10 trilhões a menos que o Congresso, pretende aplicar 1/6 de seu orçamento em defesa nacional e segurança pública. Os Cr\$ 3,9 trilhões destinados ao plano, que prevê construção de penitenciárias, equivalem a 40% da folha de pagamento da Câmara. O Ministério do Meio Ambiente também não conhecerá a prosperidade do Poder Legislativo, que reservou quase 50% de suas verbas para investimentos e manutenção dos privilégios dos parlamentares. Dos Cr\$ 23 trilhões entre-

gues ao ministério, Crs 1,3 trilhão servirá para manter o sistema nacional de meio ambiente, quantia equivalente à destinada pelos parlamentares para o Instituto de Previdência dos Congressistas (IPC), financiador de suas aposentadorias especiais.

Enquanto a área ambiental contará com Cr\$ 125 bilhões para diminuir os efeitos do garimpo na bacia amazônica, a Câmara destinará igual valor para reparar e conservar nove imóveis de sua propriedade. Outro exemplo das distorções no Orçamento Geral da União: os custos das operações de combate às queimadas na Amazônia — problema ambiental que destrói a imagem do Brasil no Exterior — somam pouco mais de Cr\$ 60 bilhões. O Senado pretende desembolsar o triplo desse valor para se "reaparelhar" este ano.

Para funcionar, o Senado consumirá o mesmo que todas as embaixadas brasileiras no Exterior: Crs 13 trilhões. Na Câmara, os gastos serão de Cr\$ 18 trilhões.

ESTADO DE SÃO PAULO